

O confronto entre Sarney e Collor

por Claudio Kuck
de Brasília

O ministro da Justiça, Saulo Ramos, encaminhou ontem à noite à Procuradoria-Geral da República um pedido de ação penal contra o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, por crime de injúria, calúnia e difamação ao presidente Sarney. Em termos duros o ministro acusa o ex-governador de Alagoas de tratar a democracia "com a mesma truculência e desrespeito de reuniões de lupanares, praticando delitos e crimes contra a honra e contra a verdade com a mesma desenvoltura e atrevimento com que os traficantes de cocaína atentam contra o Estado de direito na Colômbia".

Saulo ainda acusa Collor de "demagogo de aluguel", "primário" e pede sua "reeducação". O candidato decidiu voltar a Brasília ontem à noite para preparar uma resposta judicial, mas seu assessor de imprensa, Claudio Humberto Rosa e Silva já adiantou as medidas: "Esta ação penal dá a oportunidade para o PRN demonstrar na Justiça com os documentos que já possui que Sarney é mesmo desastrado, fraco, cidadão de más intenções, político de segunda classe, corrupto, irresponsável e incompetente, o feitiço se voltará contra o feiteiro no caso da articulação da

candidatura de Sílvio Santos".

O porta-voz de Collor, normalmente comedido nas declarações, após alguns telefonemas fez novos ataques a Saulo Ramos: "Uma petição de um ministro da Justiça não pode ser redigida nestes termos, ele deveria estar em seu estado natural, ou seja, não sóbrio". Comentou ainda que para quem está sob suspeita, tendo sido intimado a depor na CPI da Corrupção do Senado, "o ministro Saulo Ramos se mostrou muito truculento contra Collor".

Quanto ao pronunciamento de Sarney ontem no espaço de propaganda gratuita eleitoral do PRN, usando o direito de resposta às críticas do candidato, Claudio Humberto comentou que o presidente foi fraco e não respondeu às acusações, "pois não lhe foi conferido o direito de resposta e sim o dever de resposta e ele não explicou nada sobre a corrupção governamental". Já no Planalto os assessores da Presidência diziam que Sarney recebeu mais de 40 telefonemas "cumprimentando-o pela sobriedade do pronunciamento".

ROMPIMENTO

No comitê de Collor a tendência inicial era para abandonar as críticas violentas ao presidente da República, mas com a ação penal pedida por Saulo Ramos, a posição pode ser re-



Saulo Ramos

vista. Enquanto isso no Planalto, o pessoal de confiança de Sarney reunia-se ontem à noite e chegou a preparar uma nova gravação para o horário que conspirem do PRN, mas a medida foi adiada para hoje.

Comentava-se no Palácio a possibilidade de o presidente se concentrar nas críticas a Collor e a responder às acusações de corrupção, procurando se desvincular de qualquer articulação em torno da candidatura de Sílvio Santos, principalmente com a perspectiva de ela poder ser impugnada. Outro fator que indica esta possibilidade foi o fato de o próprio procurador-geral da República e procurador-geral eleitoral, Aristides Junqueira Alvarenga, pedir a

impugnação do nome do apresentador de televisão.

Fontes do Planalto confirmaram que o presidente Sarney teve um encontro na última quarta-feira à noite no Palácio da Alvorada com o jornalista Roberto Marinho, das Organizações Globo — que apóia Fernando Collor —, quando um diálogo duro teria sido travado entre os dois. Marinho pediu que Sarney fizesse declaração pública contra a candidatura de Sílvio Santos, acenando inclusive com a possibilidade de críticas se tal coisa não fosse feita.

De acordo com assessores, Sarney ficou muito irritado e teria desabafado depois do encontro a dois colaboradores: "A mágoa faz a gente perder os amigos mais diletos. Só espero que o grande bruxo resolva isto". O "grande bruxo" seria o advogado e homem de confiança de Roberto Marinho, Jorge Serpa. Procurado ontem insistentemente por este jornal, no Rio, o presidente das Organizações Globo não foi encontrado.

Já nos dias seguintes, avolumaram-se as críticas ao governo Sarney nos noticiários da organização, enquanto o candidato Fernando Collor de Mello também fazia agressões violentas ao presidente Sarney nos discursos em comícios e nos pronunciamentos pelo horário gratuito do rádio e TV.